

Contas Públicas Estadual

O resultado primário do estado até o quarto bimestre de 2020 foi de cerca de R\$ 1,08 bilhões, valor 73% maior que o resultado primário no mesmo período de 2019, quando foi pouco mais de R\$ 622 milhões. Veja o Quadro 1.1 para mais detalhes sobre o resultado primário.

As receitas primárias cresceram 10% no quarto bimestre de 2020, como mostra a Figura 1.1.1. As despesas primárias cresceram 2,03%. No quarto bimestre de 2019 as receitas tinham crescido 9,55% e as despesas 6,48%. Comparando o crescimento das despesas primárias no quarto bimestre de 2020, a taxa de crescimento foi menor que em 2019. O baixo crescimento das despesas contribuiu para um superavit primário de pouco mais de R\$ 1,08 bilhões até o quarto bimestre de 2020.

A Figura 1.1.2 exibe as despesas por categorias. Destaque para as despesas com assistência social, que cresceram cerca de 133% no quarto bimestre de 2020. Previdência social, saúde e judiciário cresceram 16,2%, 12,9% e 18,8% respectivamente. Por outro lado, administração, segurança pública e educação recuaram.

Quadro 1.1 O que é o resultado primário?

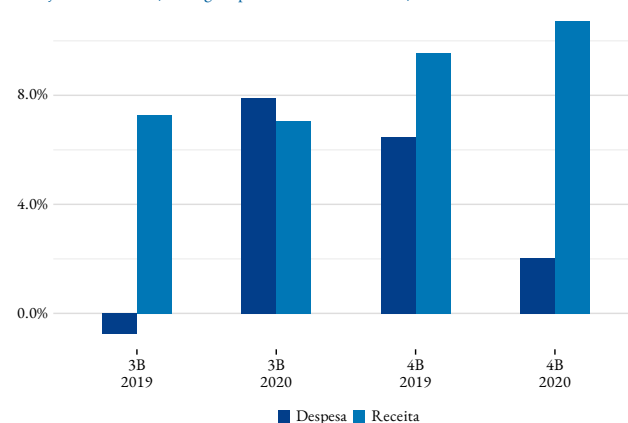
O resultado primário é um dos principais indicadores das contas públicas. Ele representa o esforço fiscal de um estado para diminuir o estoque da dívida. Ele é resultado da diferença entre as receitas e despesas (excluindo as receitas e despesas com juros). O superavit primário ou resultado primário positivo ocorre quando as receitas primárias são maiores que as despesas primárias. Indica a economia do governo para pagamento da dívida. O inverso, quando despesas primárias excedem as receitas primárias, há deficit primário ou resultado primário negativo, incorrendo em aumento da dívida.

As despesas com pessoal em relação a receita corrente líquida (RCL) encontra-se em 42,1% em agosto de 2020, conforme Figura 1.1.3. Esse valor é inferior ao limite máximo de 49% estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para o poder Executivo¹. Em agosto de 2015, a RCL destinada ao pagamento de pessoal correspondia a 51,5%, valor acima do limite máximo. O comprometimento da RCL ao pagamento de pessoal extrapolou o limite em 2015, 2016, 2017 e 2018.

A dívida consolidada líquida (DCL) do estado em proporção a RCL até agosto apresentou queda. Em agosto de 2020 esse indicador ficou em 44,1%, valor abaixo do limite definido pelo Senado Federal para os estados, de duas vezes a RCL. En-

Figura 1.1.1 Variação da receita e despesa primária

Variação acumulada (base: igual período do ano anterior)

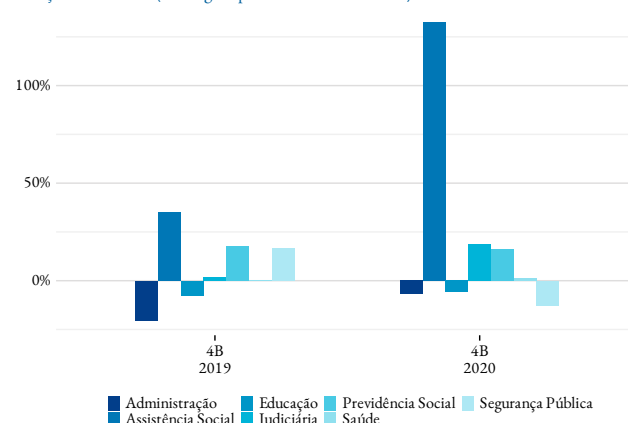


Fonte: SICONFI/Tesouro Nacional

Nota: 3B: 3º bimestre, 4B: 4º bimestre

Figura 1.1.2 Variação da despesa por categoria

Variação acumulada (base: igual período do ano anterior)

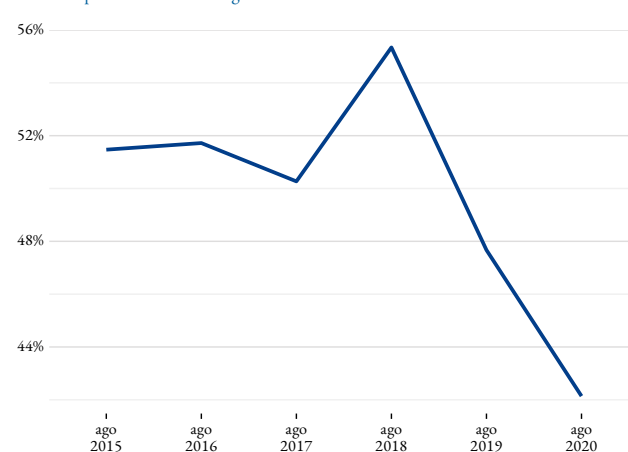


Fonte: SICONFI/Tesouro Nacional

Nota: 4B: 4º bimestre

Figura 1.1.3 Despesa total com pessoal em relação à RCL

RCL e despesa acumulada até agosto



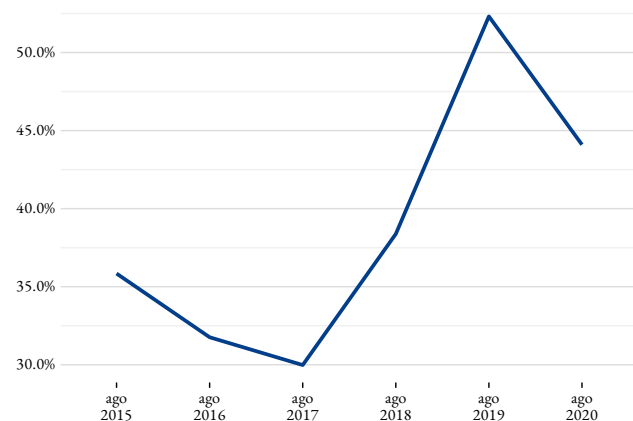
Fonte: SICONFI/Tesouro Nacional

¹A RCL, de acordo com a LRF, deve ser apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores. No entanto, pelo fato dessa publicação cobrir dados apenas do primeiro semestre, optou-se pela utilização da RCL acumulada até o respectivo bimestre

tre 2017 e 2018 a DCL aumentou em proporção à RCL, saindo de 30% para 52,3% em 2019, conforme Figura 1.2.1.

Figura 1.2.1 Dívida Consolidada Líquida em relação à RCL

RCL e DCL acumulada até agosto



Fonte: SICONFI/Tesouro Nacional

O indicador da capacidade de pagamento (CAPAG) traz informações a cerca da situação fiscal dos estados e municípios. O índice é composto por três componentes: endividamento, poupança corrente e liquidez. Estados e municípios recebem uma nota final, A, B, C ou D.

O Tocantins ficou com nota C em 2019 e 2020. Mesmo mantendo a mesma nota no biênio 2019-2020, apresentou piores em todos os indicadores. O endividamento do estado que representa a DCL em proporção à RCL saltou de 46,35% para 67,6%. A poupança corrente que corresponde a despesas e receitas correntes ajustadas (RCA) também mostrou uma leve piora, saindo de 94,56% para 95,9%. A liquidez do estado cresceu de 539,4% para 577,5% em 2020.

Endividamento e poupança corrente estão em melhor condição, mais próximos do limite para receber uma melhor nota. Para obter uma nota A no índice de endividamento, o estado deve conservá-lo abaixo de 60%, atualmente está em 67,6%. A poupança corrente recebeu nota C em 2020 conforme Tabela 1.1. Uma elevação na nota da poupança corrente para B requer uma relação despesas correntes e RCA menor que 95%. Esse indicador ficou em 95,85% em 2020. A liquidez do estado encontra-se em situação mais delicada, fechou em 577,5% em 2020, valor quase cinco vezes acima do limite para tirar nota A.

Dentre os estados da região Norte, Tocantins e Roraima foram os que apresentaram pior desempenho, conforme disposto na Tabela 1.1. Rondônia aparece com a melhor performance, saiu da nota B para A entre 2019–2020. A redução no endividamento e na liquidez garantiu nota A em todos os indicadores.

Tabela 1.1 Nota dos indicadores da CAPAG

Indicadores da CAPAG

UF	Endividamento		Poupança Corrente		Liquidez	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
AC	B	B	B	B	A	A
AM	A	A	B	B	A	A
AP	B	B	A	A	A	-
PA	A	A	B	B	A	A
RO	B	A	A	A	C	A
RR	A	A	A	A	C	C
TO	A	B	B	C	C	C

Fonte: Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais, 2019—2020/Tesouro Nacional

Nota: Amapá teve nota suspensa